



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA**



Escuela Andaluza de Salud Pública  
CONSEJERÍA DE SALUD

## **ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA**

ENTRE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

E A

**ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA  
(ESPAÑA)**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a seguir denominada UFPB, uma instituição de Educação Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, ([www.ufpb.br](http://www.ufpb.br)) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, legalmente representada por sua Reitora, Professora Doutora **Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz**, legitimada para este ato em virtude das atribuições que tem conferido segundo a publicação no Diário Oficial da União, seção 02, p. 01, de 11 de novembro de 2016.

E a **ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA**, a seguir denominada EASP, uma instituição de Ensino Superior, com sede social no Campus Universitário de Cartuja, Cuesta del Observatorio, 4, 18011 – Granada (Espanha), neste ato representada por seu Diretor, **Joan Carles March Cerdà**.

Considerando que o desenvolvimento da cooperação acadêmica, científica e cultural é benéfico para ambas às instituições, e desejando reforçar essa cooperação, a UFPB e a EASP, concordam em celebrar o presente **Acordo Geral de Cooperação** que se regerá pelas seguintes

### **CLÁUSULAS**

**PRIMEIRA** – As instituições parceiras acordam que o objeto do presente instrumento é o estabelecimento das bases gerais para a cooperação em todas as áreas do ensino, consultoria e da pesquisa consideradas de interesse mútuo.

**SEGUNDA** – Com o fim de executar a cláusula anterior, as partes aceitam que poderão considerar as seguintes formas de cooperação:

- a) Intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes de todos os ciclos;
- b) Desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa;

- c) Organização e participação em seminários, conferências, oficinas e outros encontros acadêmicos;
- d) Publicação conjunta de relatórios de pesquisa, artigos, livros, etc.;
- e) Intercâmbio de material e publicações acadêmicas;
- f) Realização de programas de dupla titulação ou titulação conjunta em co-tutela de tese, obedecida a legislação de cada instituição;
- g) E o que mais acordarem as partes.

**TERCEIRA** – Cada forma de cooperação estabelecida com base na cláusula anterior deverá ser formalizada através de convênios específicos anexados ao presente, e deverão conter: programação, pessoal participante, recursos necessários, financiamento, procedimentos de avaliação e sequência das atividades programadas, assim como todos os dados e documentos necessários para determinar os fins e objetivos de cada um dos convênios específicos.

**QUARTA** – As atividades desenvolvidas com base no presente Acordo Acadêmico terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representá-las.

**QUINTA** – As partes poderão recorrer a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a obtenção dos recursos necessários para financiar, total ou parcialmente, o desenvolvimento das atividades que se realizem sob o marco do presente convênio, quando o considerarem necessário.

**SEXTA** – As partes acordam expressamente manter a confidencialidade da informação e dos produtos que resultem dos projetos de pesquisa, assim como de toda a informação que não seja de domínio público e a que poderiam ter acesso no marco deste documento.

**SÉTIMA** – As partes concordam que as publicações de diversas categorias (artigos, folhetos, etc.), assim como as coproduções e difusões objeto do presente instrumento, se realizarão de comum acordo.

Da mesma forma, concordam que a titularidade dos direitos de propriedade intelectual e industrial que resultem das ações desenvolvidas no marco do presente convênio, corresponderá à parte cujo pessoal tenha realizado o trabalho. Se for produto de um trabalho conjunto, as partes dividirão a titularidade dos direitos de acordo com sua participação nas atividades. Em todos os momentos, as partes outorgarão o devido reconhecimento às pessoas que participaram no desenvolvimento das mesmas.

No caso em que uma das partes deseje utilizar a informação ou resultados de uma investigação proporcionada pela outra parte em uma publicação própria, deverá solicitar previamente a esta, uma autorização escrita e ajustar-se às disposições legais da matéria. Fica expressamente entendido que as partes poderão utilizar-se dos resultados obtidos nas atividades amparadas pelo presente instrumento, em suas tarefas acadêmicas e para fins de difusão, desenvolvimento institucional e aprovação acadêmica que corresponda.

**OITAVA** – As partes concordam que os funcionários ou membros de cada uma delas que sejam designados para a realização conjunta de qualquer ação, continuarão de forma absoluta sob a direção ou dependência da parte com a qual tenham estabelecido sua relação trabalhista, independentemente de estar prestando seus serviços em instalações da outra instituição para a qual foram designados, por fim, cada uma delas assumirá sua responsabilidade e, em nenhum caso serão consideradas empregadores solidários ou substitutos. Se na realização de um





programa intervenham pessoas que prestem seus serviços a instituições ou pessoas distintas às partes, estas sempre continuarão sob a direção e dependência das referidas instituições ou pessoas, uma vez que sua intervenção não produzirá relação de trabalho nem com a UFPB e nem com a EASP.

**NONA** – Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que possam ocorrer por motivo de força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuidade das atividades previstas no presente convenio ou seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias quando desaparecerem as causas que motivaram sua suspensão, até sua conclusão total.

**DÉCIMA** – O presente acordo entrará em vigor na data de sua última assinatura e terá validade por um período de cinco (5) anos, ao término do qual poderá ser renovado por períodos iguais, mediante comunicação por escrito das partes e a assinatura do documento correspondente. O presente acordo pode ser revisado ou modificado a qualquer momento, por acordo mútuo por escrito dos representantes autorizados das partes. As modificações obrigarão as partes a partir da data de sua assinatura. Da mesma forma, poderá ser rescindido unilateralmente mediante aviso por escrito à outra parte, com antecedência mínima de três (3) meses à data determinada para tal efeito. Essa decisão não afetará as atividades acadêmicas em desenvolvimento, que deverão continuar até o seu término, conforme o programa, termos e calendário acordados originalmente.

**DÉCIMA PRIMEIRA** – O presente acordo é assinado num espírito de boa fé e cooperação, razão pela qual as instituições convenientes concordam em resolver, de forma amigável, qualquer controvérsia advinda da interpretação, formalização e cumprimento do mesmo. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a uma arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um terceiro membro será escolhido por mútuo consentimento

Os representantes das instituições assinam o presente Acordo Geral de Cooperação em quatro vias originais, sendo duas (2) em português e duas (2) em espanhol, de igual forma e teor, no local e data indicados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA



*Margareth de Fátima Formiga M. Diniz*  
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz  
Reitora

João Pessoa, 29/03/2017

Joan Carles March Cerdà  
Diretor EASP

Granada,



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA**



Escuela Andaluza de Salud Pública  
CONSEJERÍA DE SALUD

## **ACUERDO GENERAL DE COOPERACIÓN ACADÉMICA**

ENTRE LA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Y LA

**ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA  
(ESPAÑA)**

**LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA**, en lo sucesivo denominada UFPB, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 ([www.ufpb.br](http://www.ufpb.br)) cuya oficina central está en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, en este acto, representada por su Rectora Profesora Doctora **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según la publicación en el Diario Oficial da União, sección 02, p. 01, de 11 de noviembre de 2016;

**Y la ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA**, en adelante denominada EASP, una institución de enseñanza superior, con sede social en lo Campus Universitario de Cartuja, Cuesta del Observatorio, 4, 18011 – Granada (España), representada en este acto, por su Director, **Joan Carles March Cerdà**.

Considerando que el desarrollo de la cooperación académica, científica y cultural es beneficioso para ambas instituciones, y deseando reforzar esa cooperación, la UFPB y la EASP, acuerdan en celebrar el presente **Acuerdo General de Cooperación** que se regirá por las siguientes

### **CLÁUSULAS**

**PRIMERA** – Las instituciones partes acuerdan que el objeto del presente instrumento es para establecer las bases generales para la cooperación en todas las áreas de la enseñanza, consultoría e investigación consideradas de interés mutuo.

**SEGUNDA** – Con o fin de ejecutar la cláusula anterior, las partes acuerdan que podrán considerar las siguientes formas de cooperación.

- a) Intercambio de profesores, investigadores y estudiantes de grado y postgrado;
- b) Desarrollo conjunto de actividades de enseñanza e investigación;



- c) Organización y participación en seminarios, conferencias, talleres y otros, encuentros académicos;
- d) Publicación conjunta de resultados de investigación, artículos, libros, etc.;
- e) Intercambio de material y publicaciones académicas;
- f) Realización de programas de doble titulación o titulación conjunta en co-tutela de tesis, de acuerdo a la legislación y normativa de cada institución.
- g) Las demás que acuerden las partes.

**TERCERA** – Cada forma de cooperación establecida en la cláusula anterior deberá ser formalizada a través de convenios específicos anexados al presente, y deberán contener: calendarización, personal participante, presupuestos requeridos, financiamiento, procedimientos de evaluación y seguimiento de la marcha de las actividades programadas, así como todos los datos y documentos necesarios para determinar los fines y alcances de cada uno de los convenios específicos.

**CUARTA** – Las actividades desarrolladas en base al presente Acuerdo Académico tendrán la supervisión y coordinación de las personas responsables por el área internacional de cada institución, o por aquellos oficialmente designados para que las representen.

**QUINTA** – Las partes podrán gestionar ante instituciones públicas o privadas nacionales o internacionales, la obtención de recursos necesarios para financiar, total o parcialmente, el desarrollo de las actividades que se realicen en el marco del presente convenio, cuando lo consideren necesario.

**SEXTA** – Las partes acuerdan expresamente mantener confidencialidad de la información y productos que surjan de los proyectos de investigación, así como de toda la información que no sea del dominio público y a la que podrían tener acceso en el marco de este documento.

**SÉPTIMA** – Las partes convienen en que las publicaciones de diversas categorías (artículos, folletos, etc.), así como las coproducciones y difusión objeto del presente instrumento, se realizará de común acuerdo.

Asimismo, convienen en que la titularidad de los derechos de propiedad intelectual e industrial que resulten de las acciones desarrolladas en el marco del presente convenio, corresponderá a la parte cuyo personal haya realizado el trabajo. Si son producto de un trabajo conjunto, las partes compartirán la titularidad de los derechos de acuerdo con su participación en las actividades. En todo momento las partes otorgarán el debido reconocimiento a las personas que participaron en el desarrollo de las mismas.

Para el caso de que alguna de las partes deseara utilizar en una publicación propia, la información o resultados de una investigación proporcionada por la otra parte, deberá solicitar previamente a ésta, autorización escrita y ajustarse a las disposiciones legales en la materia. Queda expresamente entendido que las partes podrán utilizar los resultados obtenidos en las actividades amparadas por el presente instrumento, en sus tareas académicas y para los fines de difusión, desarrollo institucional y superación académica que corresponda.

**OCTAVA** – Las partes acuerdan que el personal o los miembros de cada una de ellas que sean designados para la realización conjunta de cualquier acción, continuará en forma absoluta bajo la dirección o dependencia de la parte con la que tenga establecida su relación laboral, independientemente de estar prestando sus servicios en las instalaciones de la parte a la que fue asignada, por ende, cada una de ellas asumirá su responsabilidad por este concepto y en ningún caso se considerarán patrones solidarios o sustitutos. Si en la realización de un programa interviene personal que preste sus servicios a instituciones o personas distintas a las



partes. éste continuará siempre bajo la dirección y dependencia de dicha institución o persona, por lo que su intervención no originará relación de carácter laboral ni con UFPB ni con la EASP.

**NOVENA** – Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudiesen causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor o casos fortuitos que pudieran impedir la continuación de las actividades previstas en el presente convenio o sus instrumentos derivados, pudiendo reanudarse en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión hasta su total conclusión.

**DÉCIMA** - Este Acuerdo entrará en vigor en la fecha de su última firma y será válido durante un período de cinco (5) años, al término de los cuales podrá acordarse su renovación por períodos iguales, mediante comunicación por escrito de las partes y la suscripción del documento correspondiente. El presente Acuerdo puede ser revisado o modificado en cualquier momento, por mutuo acuerdo por escrito de los representantes autorizados de las partes. Las modificaciones obligarán a las partes a partir de la fecha de su firma. Así mismo podrá ser terminado anticipadamente por cualquier de las partes, mediante aviso por escrito a la otra parte, con al menos tres (3) meses de antelación a la fecha determinada para tal efecto. Tal decisión no afectará las actividades académicas en desarrollo, que deberán continuar hasta su terminación conforme al programa, términos y calendario acordados originalmente.

**DÉCIMA PRIMERA** – El presente Acuerdo se suscribe en un espíritu de buena fe y cooperación, razón por la cual las instituciones signatarias acuerdan resolver, por consulta amistosa, cualquier controversia derivada de la interpretación, formalización y cumplimiento del presente Acuerdo. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje y un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

Los representantes de las instituciones firman el presente Acuerdo General de Cooperación, elaborado en cuatro ejemplares originales, dos (2) en español y dos (2) en portugués, de igual forma y validez, en el lugar y fecha indicados.

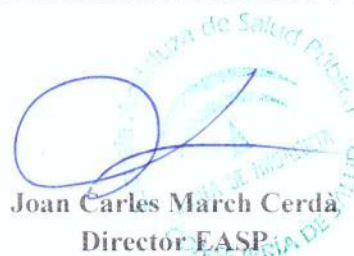
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA



Margarita de Fátima Formiga Melo Diniz  
Rectora

João Pessoa, 29/03/2017



Joan Carles March Cerdà  
Director EASP

Granada,